

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000086/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/08/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR014385/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46207.006015/2008-21
DATA DO PROTOCOLO: 13/08/2008

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE CONTABILIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, CNPJ 39.797.345/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DARIO MARQUES NEVES FILHO, CPF n. 653.877.757-00;

E

SINDICATO EMPREGADOS EM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE COBRANÇA JUDICIAL, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE HOLDINGS, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE FACTORINGS, EMPRESAS DE SERVIÇOS DE PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, EMPRESAS DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS DE TODOS OS OFÍCIOS NAS FUNÇÕES DE: Auxiliar Administrativo e Escreventes Autorizados ou Designados de Serventia não Oficializada e Similares e as Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, com abrangência territorial no Espírito Santo., CPF n. 141.569.896-15;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009 e a data-base da categoria em 01 de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Empregados em Empresas de Contabilidade, Escritórios de Contabilidade, Administração, Assessoramento, Consultoria, Cobrança Judicial, Holdings, Factorings, ONGs, Promoção e Organização de Eventos, Serviços Cartorários de Todos os Ofícios nas funções de: Auxiliar Administrativo e Escreventes Autorizados ou Designados de Serventia não Oficializada e Similares e as Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, com abrangência territorial no Espírito Santo., com abrangência territorial em ES.**

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE INGRESSO/PISO SALARIAL/REAJUSTE SALARIAL.

Fica concedido aos empregados beneficiados por esta CCT, empresas de contabilidade e profissionais (pessoas físicas) organizados sob a forma de escritório individual, a partir de 1º de agosto de 2008, reajuste de 9% (nove por cento) sobre os salários recebidos em 1/08/2007. Os aumentos e antecipações ocorridos de 02/8/2007 a 31/7/2008 devem ser excluídos ou abatidos do percentual concedido na data de 1/8/2008.

Parágrafo Primeiro - Nenhum empregado da categoria profissional poderá ter os salários inferiores a R\$ 456,50, observado ainda o quadro abaixo:

Office-boy	R\$ 456,50
Recepcionista	R\$ 456,50
Faxineira/Servente ou função equivalente	R\$ 456,50
Encarregado de Depto. Pessoal/Contábil/Fiscal	R\$ 1.150,00
Auxiliar de Depto. Pessoal/Contábil/Fiscal	R\$ 500,00
Auxiliar Administrativo	R\$ 500,00

Parágrafo Segundo – Para os empregados admitidos no curso do último período de vigência, o aumento previsto no disposto desta cláusula será concedido de forma proporcional;

Parágrafo Terceiro – Poderão os escritórios, dentro de suas necessidades regionais criarem novas funções, desde que não conflitem com as existentes.

Parágrafo Quarto - A data base da categoria será sempre no mês de agosto nos anos subsequentes.

Parágrafo Quinto – O Empregador poderá contratar seguro de vida gratuito para os empregados da categoria profissional, independente de serem ou não associados ao SINDICES, o qual deverá contemplar os seguintes prêmios:

Morte natural	R\$ 10.000,00
Morte acidental	R\$ 10.000,00
Invalidez total ou parcial	R\$ 10.000,00

Parágrafo Sexto – A correção dos salários contidos nesta cláusula, observado o comportamento econômico do setor, obedecerá aos mesmos índices de correção da política salarial do governo, quando houver determinação expressa para o seu cumprimento.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO AUTOMÁTICA DE SALÁRIO

Quando o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, igualar ou ultrapassar o piso estabelecido, no parágrafo primeiro, da cláusula terceira, o mesmo terá reajuste automático de **10%** (dez por cento), índice este a ser

aplicado, sobre o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, reajustado.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

As empresas pagarão 40% (quarenta por cento) da remuneração aos seus empregados como adiantamento por conta do 13º salário por ocasião do gozo de férias, desde que seja solicitado por escrito pelo empregado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Do saldo será descontado tal adiantamento pelo seu valor nominal do dia do adiantamento.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO

O empregado que venha substituir outro de salário maior, por qualquer motivo, receberá salário igual ao do empregado substituído, desde que a substituição ultrapasse, no mínimo, 45 dias consecutivos, comprovando, durante o período que estiver desenvolvendo a função, que tenha capacidade técnica profissional.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - RETENÇÃO DOLOSA DE SALÁRIOS

Retenção dolosa, além de constituir crime, obriga o empregador a pagar por cada dia de atraso o equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário do empregado prejudicado ou o equivalente a R\$ 10,00 (dez reais), prevalecendo o que for maior.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

No caso da necessidade de trabalho extraordinário (horas extras), será utilizado o "Banco de Horas", facultando a execução de horas extras mediante compensação em outro dia de folga, na forma prevista na legislação, sendo suficiente a existência de acordo coletivo escrito, firmado entre a empresa e o sindicato profissional. O acordo deverá ser enviado via e-mail para o SINDICES (sindices@ebrnet.com.br).

Parágrafo único – a adesão será automática para os novos empregados admitidos, não exigindo novo acordo.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - VALE REFEIÇÃO

As empresas que tiverem em seus quadros funcionais, a partir de 10 (dez) empregados, estarão obrigadas a fornecer VALE REFEIÇÃO, no valor unitário de R\$ 6,00 (seis reais), por dia útil obedecendo aos preceitos discriminados na CLT.

Parágrafo Único – Ficam dispensadas do fornecimento do Vale Refeição as empresas que fornecem alimentação aos seus empregados de conformidade com a legislação aplicável.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Poderá o empregador instituir plano de saúde OPCIONAL a todos os empregados da categoria profissional, nos seguintes termos:

Parágrafo Único – Se o empregado optar em aderir ao PLANO DE SAÚDE, fica o mesmo responsável pelo pagamento da seguinte forma:

O empregador pagará mensalmente, a quantia de R\$ 16,00 (dezesesseis reais), ficando a cargo do empregado, o pagamento da importância restante no PLANO DE SAÚDE, participativo, que será descontado em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos da súmula de nº. 342 do Tribunal Superior do Trabalho.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA

Os empregadores fornecerão, desde que solicitado, carta de referência aos empregados que forem dispensados sem justa causa ou que pedirem demissão, no ato da assinatura da rescisão do contrato de trabalho.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXAME MÉDICO DEMISSIONAL

Será obrigatoriamente realizado até a data da homologação da dispensa ou até o desligamento definitivo do empregado, quando excluída a obrigatoriedade de homologação, desde que o último exame tenha sido realizado há mais de 135 (cento e trinta e cinco) dias, para as empresas enquadradas nos graus de risco 1 e 2 – Quadro I NR 4 e NR 7 – 7.4.3.5.1

Suspensão do Contrato de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Os empregados, associados ou não, das empresas sediadas nos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, com mais de 01 (um) ano de serviço, deverão, preferencialmente, ter suas rescisões de contrato de trabalho homologadas no SINDICES, sito na Rua Alberto de Oliveira Santos nº. 59 – Edf. Ricamar, S/710 – Centro – CEP: 29010-250– Vitória – ES – e-mail sindices@ebrnet.com.br.

Parágrafo Primeiro – As rescisões serão marcadas com 48 horas (quarenta oito horas) de antecedência através do telefone (27) 3223-1674, e-mail sindices@ebrnet.com.br ou diretamente na sede do SINDICES, conforme endereço acima discriminado.

Parágrafo Segundo – O empregador fornecerá uma cópia da rescisão de contrato de trabalho ao SINDICES.

Parágrafo Terceiro – As rescisões de contrato de trabalho só poderão ser pagas em moeda corrente do País, cheque visado ou depósito bancário (em dinheiro) na conta de titularidade do empregado. No ato do depósito, deverá a empresa comunicar ao trabalhador.

Parágrafo Quarto – Em qualquer Município do Estado do Espírito Santo, que o SINDICES vier a constituir sub-sede, deverão, preferencialmente, as empresas e os profissionais (pessoas físicas) organizados sob a forma de escritório individual, homologar suas rescisões de contrato de trabalho na sub-sede do SINDICES, que deverá comunicar por escrito ao Ministério do Trabalho e ao SESCON-ES a abertura de sua sub-sede e sua área de abrangência para efeito de homologação de rescisão de contrato de trabalho.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PREJUÍZO CAUSADO AO EMPREGADOR

Em caso de falha operacional, por ação ou omissão, devidamente comprovada

como tendo sido cometida pelo empregado responsável por determinada atividade, poderá o empregador exigir ressarcimento pelo prejuízo causado, desde que respeitadas as seguintes condições:

- 1 - As condições devem constar de regimento interno da empresa;
- 2 - O empregado deve concordar por escrito com as regras de ressarcimento, no ato da contratação e sempre que houver acordo, com relação ao valor a ser ressarcido;
- 3 - O desconto não poderá ultrapassar 30% do salário mensal do empregado, até totalizar o débito a ser ressarcido, e
- 4 - Em caso de desligamento do empregado será procedido o desconto do saldo devedor, observado o limite permitido pela legislação vigente;

Adaptação de função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANOTAÇÕES NA C.T.P.S.

Sempre que for admitido um empregado, deverão ser anotados o salário, o setor respectivo e a função, na sua C.T.P.S.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - UNIFORMES

Os empregadores que exigirem o uso de uniformes para seus empregados ficam responsáveis pelo seu fornecimento gratuito.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECIBOS DE DOCUMENTOS

Os empregadores darão recibos aos empregados de quaisquer documentos que lhes tenham sido entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados comprovantes de todos os pagamentos que lhes sejam feitos, e devidamente identificados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORNECIMENTO DE LANCHE

Os empregadores deverão fornecer um lanche diário, gratuitamente, a todos os empregados.

**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas
Prorrogação/Redução de Jornada**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - NATAL/ANO NOVO

Sempre que o feriado de Natal ou do Ano Novo cair no meio da semana, ou seja, de Segunda a Sexta Feira, os empregados só irão trabalhar até às 12h do dia anterior, ressalvada a necessidade de conclusão de trabalhos inadiáveis, na forma da legislação pertinente

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PONTO DOS EMPREGADOS

Os empregadores, que possuírem acima de 10 (dez) funcionários manterão livros ou cartão de ponto para controle de horário dos empregados.

**Férias e Licenças
Outras disposições sobre férias e licenças**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA PATERNIDADE

Ficam garantidos aos empregados 05 (cinco) dias consecutivos de licença, sem perda dos salários, em caso de nascimento do filho.

**Relações Sindicais
Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISO

Os empregadores se obrigam a permitir a fixação de quadro de avisos do sindicato, para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matérias político-partidárias ou ofensivas a quem quer que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LIVRE ACESSO DOS DIRETORES E
REPRESENTANTES SINDICAIS**

Assegura-se o livre acesso dos dirigentes sindicais nos intervalos relativos ao descanso de alimentação, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, desde que se cumpram os horários e turnos de revezamento, instituído no Regulamento Interno da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO PELO SINDICATO

Fica facultado que qualquer membro da diretoria do sindicato profissional terá ampla liberdade para, junto aos empregadores, fiscalizar o efetivo cumprimento das condições ora convencionadas, de interesse dos empregados, incluindo-se aí a própria regularização da situação de cada empregado.

Representante Sindical

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FREQUÊNCIA LIVRE DO DIRIGENTE SINDICAL

Durante a vigência da presente convenção coletiva, os empregadores concederão frequência livre a seus empregados em exercício efetivo na diretoria do sindicato profissional, limitando-se a um funcionário por empresa, os quais gozarão dessa franquia sem prejuízo de salários e da computação de tempo de serviço, obrigando-se o sindicato dos empregados a informar ao empregador, com antecedência de 24(vinte e quatro) horas, limitado a 01 (um) dia por mês.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GUIAS DE G.P.S.

Fica o empregador obrigado a disponibilizar a GPS num mural de fácil acesso na empresa para que possa ser conferida por quem de direito; devendo, se solicitada, ser encaminhada cópia da mesma ao Sindicato.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CÓPIA DA GUIA DE IMPOSTO SINDICAL

Ficam as empresas e os profissionais (pessoas físicas) organizados sob a

forma de escritório individual, obrigados a enviar para sede do SINDICES cópia da guia de imposto sindical recolhida a seu favor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fica instituída uma contribuição para fortalecimento sindical a favor do SINDICES, equivalente a 3% (três por cento) do valor bruto da folha de pagamento do mês de agosto de 2.008, que serão pagos da seguinte forma:

- a) 50% (cinquenta por cento) correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor da folha de pagamento até o dia 10 (dez) do mês de setembro de 2.008, e
- b) Os 50% (cinquenta por cento) restantes até o dia 10 de outubro de 2.008

Parágrafo Primeiro – O percentual acima discriminado, não poderá ser descontado dos funcionários.

Parágrafo Segundo – Os valores acima deverão ser recolhidos a favor do SINDICES, através das seguintes opções:

- a) depósito bancário na Caixa Econômica Federal, Agência 167 – Operação 013, Conta Corrente 256307-0
- b) Solicitar a emissão de boleto bancário emitido pelo SINDICES, e enviado por internet, via e-mail sindices@ebrnet.com.br ou pelo fone/fax 27 32231674.

Parágrafo Terceiro – O não cumprimento do disposto no Caput e nos Parágrafos Primeiro e Segundo ficará sujeito à multa 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da Multa prevista na **Cláusula Vigésima Quinta** a favor do SINDICES.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA MENSAL

Os empregados que quiserem associar-se ao SINDICES deverão autorizar, por escrito, um desconto mensal de 1% (por cento) sobre seu salário bruto, de acordo com o art. 8º - Inciso V da Constituição Federal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Devidamente autorizada por deliberação da Assembléia Geral realizada no dias 17 de julho de 2008, convocadas por edital de convocação publicado em

02/07/2008 no Jornal Notícia Agora pelo Sindicato dos Trabalhadores, os Empregadores se comprometem a descontar mensalmente na folha de pagamento dos seus trabalhadores beneficiados representados por esta CCT, o valor equivalente a 1% (um por cento) dos seus salários nominais, *no limite de R\$ 15,00 (quinze reais)*, devendo as importâncias apuradas serem recolhidas em agência bancária, até o décimo dia do mês subsequente em favor do sindicato obreiro.

Parágrafo Primeiro - O recolhimento será feito mediante guia emitida pelo SINDICES-ES e/ou através de depósito bancário na CEF Agencia 167 Operação 013 C/C 256307-0, após o recolhimento e/ou depósito, as Empresas remeterão a este cópia da guia quitada e a relação nominal dos contribuintes especificando os respectivos salários e as contribuições realizadas.

Parágrafo Segundo – No caso de discordância individual com o estabelecido no caput da cláusula, deverá o trabalhador exercer o direito de oposição ao desconto, através de manifestação escrita e individualizada a ser apresentada na sede do sindicato da categoria profissional.

Parágrafo Terceiro – Fica esclarecido para os efeitos de direito, que a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO não trata de CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA (prevista no artigo 8º, IV da CF/88), razão pela qual as partes reconhecem a inaplicabilidade da Súmula nº 666, editada pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, porquanto aqui se cuida apenas da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL prevista em lei ordinária, nos termos do mais recente do entendimento consagrado pela mesma corte suprema

Disposições Gerais Regras para a Negociação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL

Fica constituída uma Comissão de Conciliação Prévia, de caráter intersindical, com atribuição de tentar conciliar conflitos individuais de trabalho, conforme os termos da Lei nº. 9.958/00.

Parágrafo Primeiro – É vedada a criação de Comissão de Conciliação Prévia por empresa abrangida pela representação sindical celebrante deste acordo coletivo, no âmbito territorial do Estado do Espírito Santo.

Parágrafo Segundo – Anexo à presente convenção, o Regimento Interno da Comissão de Conciliação Prévia e, por força do mesmo, a Comissão de Conciliação Prévia fica investida e revestida de todos os poderes permitidos por lei para os assuntos relacionados e vinculados com a categoria profissional dos empregados em contabilidade e das atividades ou categorias econômicas efetivamente representadas em todo o Estado do Espírito Santo.

Parágrafo Terceiro – Fica aqui convencionado que a Comissão de Conciliação Prévia tem caráter de vigência permanente, ficando dessa forma, totalmente desvinculada e afastada de negociações coletivas futuras, respeitando-se o Regimento Interno anexo, aprovado nesta CCT;

Parágrafo Quarto – Ficam todos os empregados, bem como todas as empresas abrangidas pela presente convenção coletiva de trabalho, no âmbito da jurisdição da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana), obrigados a buscar a conciliação de seus dissídios individuais na Comissão de Conciliação Prévia.

Parágrafo Quinto – Somente se buscará a Justiça do Trabalho quando a Comissão de Conciliação Prévia não conseguir mediar o conflito, e nessa ocasião, será emitido, pela própria Comissão, termo de tentativa de conciliação frustrada.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - VIGÊNCIA I

Fica estabelecido o prazo de vigência das cláusulas desta Convenção que regulamentam o pacto laboral previsto no início deste instrumento, até 31 de julho de 2009, podendo sofrer alterações que digam respeito ao repasse percentual de salário, ocorrido normalmente na data-base da categoria prevista no parágrafo quarto da cláusula primeira, não sendo admissíveis alterações prejudiciais aos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MULTA

Se ocorrer violação de qualquer condição aqui estabelecida, ficará a parte infratora sujeita a multa equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), revertida em favor da parte prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FORO

Será de competência da Justiça do Trabalho dirimir quaisquer dúvidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, tendo as partes acordantes legitimidade para propor ação de cumprimento em favor da totalidade de seus representados, associados ou não das entidades sindicais, para tanto basta que a parte interessada faça uma comunicação extra-oficial com pelo menos 30 dias antes da propositura de qualquer cobrança judicial.

DARIO MARQUES NEVES FILHO
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPREGOS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

JACINTHO SOELLA FERRIGHETTO
Presidente
SINDICATO EMPRESÁRIOS DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000143/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/09/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016476/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46207.006962/2008-12
DATA DO PROTOCOLO: 09/09/2008

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 46207.006015/2008-21
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 20/08/2008

SINDICATO DOS EMPREG EM EMP DE CONTABILIDADE NO E E S, CNPJ 39.797.345/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DARIO MARQUES NEVES FILHO, CPF n. 653.877.757-00;

E

SINDICATO EMP SERV CONT E EMP ASSES, PER, INF E PESQ ES, CNPJ 39.264.023/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JACINTHO SOELLA FERRIGHETTO, CPF n. 141.569.896-15;

celebram o presente TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009 e a data-base da categoria em 01 de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Empregados em Empresas de Contabilidade, Escritórios de Contabilidade, Administração, Assessoramento, Consultoria, Cobrança Judicial, Holdings, Factorings, ONGs, Promoção e Organização de Eventos, Serviços Cartorários de Todos os Ofícios nas funções de: Auxiliar Administrativo e Escreventes Autorizados ou Designados de Serventia não Oficializada e Similares e as Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas , com abrangência territorial no Espírito Santo. , com abrangência territorial em ES.**

Relações Sindicais

CLÁUSULA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fica instituída uma contribuição para fortalecimento sindical a favor do SINDICES, equivalente a 3% (três por cento) do valor bruto da folha de pagamento do mês de agosto de 2.008, que serão pagos da seguinte forma:

- a) 50% (cinquenta por cento) correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor da folha de pagamento até o dia 10 (dez) do mês de setembro de 2.008, e
- b) Os 50% (cinquenta por cento) restantes até o dia 10 de outubro de 2.008

Parágrafo Primeiro – O percentual acima discriminado, não poderá ser descontado dos funcionários.

Parágrafo Segundo – Os valores acima deverão ser recolhidos a favor do SINDICES, através das seguintes opções:

- a) depósito bancário na Caixa Econômica Federal, Agência 167 – Operação 013, Conta Corrente 256307-0
- b) Solicitar a emissão de boleto bancário emitido pelo SINDICES, e enviado por internet, via e-mail sindices@ebrnet.com.br ou pelo fone/fax 27 32231674.

Parágrafo Terceiro – O não cumprimento do disposto no Caput e nos Parágrafos Primeiro e Segundo ficará sujeito à multa 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da Multa prevista na **Cláusula Trigésima Quarta** a favor do SINDICES.

DARIO MARQUES NEVES FILHO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREG EM EMP DE CONTABILIDADE NO E E S

JACINTHO SOELLA FERRIGHETTO

Presidente

SINDICATO EMP SERV CONT E EMP ASSES, PER, INF E PESQ ES

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .